

Lorena Esteves

Universidade Federal do
Pará – UFPA

E-mail:

lesteves@ufpa.br

Danila Cal

Universidade Federal do
Pará – UFPA

E-mail:

danilacalufpa@gmail.com



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Mulheres Indígenas em Comunicação: Resistência Interseccional na luta pelo Território-Corpo-Espírito

*Indigenous Women in Communication:
Intersectional Resistance in the fight for
Territory-Body-Spirit*

*Mujeres Indígenas en la Comunicación:
Resistencia Interseccional en la lucha por
Territorio-Cuerpo-Espíritu*

Esteves, L. C., & Gentil Cal, D. Mulheres Indígenas em Comunicação:
Resistência Interseccional na luta pelo Território-Corpo-Espírito. *Revista
Eco-Pós*, 27(3), 67–91. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v27i3.28361>

RESUMO

Este artigo propõe a compreensão dos sentidos produzidos por mulheres indígenas, com relação aos seus processos de resistência, frente à crise humanitária, agravada com as crises política e sanitária, entre 2019 a 2022. Compõe o corpus da pesquisa cinco lives do Acampamento Terra Livre (ATL), além da rodadas de diálogo realizadas com quatro mulheres indígenas que participaram do ATL. As lentes de análise foram: o Feminismo Decolonial; a Interseccionalidade e a Teoria Decolonial; Epistemologias não hegemônicas que lançam luz; Críticas e modos outros de compreender os fenômenos sociais. A metodologia propõe: *desengajamento epistemológico* e o reconhecimento de *outros* saberes subalternizados. Conclui-se que os processos de resistência dessas mulheres são inerentemente interseccionais e estão no âmbito de um movimento declaradamente decolonial, em defesa do sagrado Território-Corpo-Espírito.

PALAVRAS-CHAVE: *Resistência Interseccional; Mulheres indígenas; Acampamento Terra Livre.*

ABSTRACT

This article proposes an understanding of the meanings produced by indigenous women, in relation to their processes of resistance, in the face of the humanitarian crisis, worsened by the political and health crises, between 2019 and 2022. The research corpus comprises five lives of Acampamento Terra Livre (ATL), in addition to dialogue rounds held with four indigenous women who participated in the ATL. The analytical lenses were: Decolonial Feminism; Intersectionality and Decolonial Theory; Non-hegemonic epistemologies that shed light; Criticism and other ways of understanding social phenomena. The methodology proposes: epistemological disengagement and the recognition of other subordinate knowledge. It is concluded that the resistance processes of these women are inherently intersectional and are within the scope of a declared decolonial movement, in defense of the sacred Territory-Body-Spirit.

KEYWORDS: *Intersectional Resistance; Indigenous women; Acampamento Terra Livre.*

RESUMEN

Este artículo propone una comprensión de los significados producidos por las mujeres indígenas, en relación con sus procesos de resistencia, frente a la crisis humanitaria, agravada por la crisis política y sanitaria, entre 2019 y 2022. El corpus de investigación comprende cinco vidas de Acampamento Terra Livre (ATL), además de rondas de diálogo realizadas con cuatro mujeres indígenas que participaron en la ATL. Los lentes analíticos fueron: Feminismo decolonial; Interseccionalidad y Teoría Decolonial; Epistemologías no hegemónicas que arrojen luz; Crítica y otras formas de entender los fenómenos sociales. La metodología propone: la desvinculación epistemológica y el reconocimiento de otros saberes subordinados. Se concluye que los procesos de resistencia de estas mujeres son inherentemente interseccionales y se encuentran en el ámbito de un movimiento decolonial declarado, en defensa del sagrado Territorio-Cuerpo-Espíritu.

PALABRAS CLAVE: *Resistencia interseccional; Mujeres indígenas; Acampamento Terra Livre.*

Submetido em 22 de julho de 2024.

Aceito em 18 de outubro de 2024.

Introdução¹

No poema-oração, transcrito abaixo, Eliane Potiguara (1987) clama pelo fim das opressões e do genocídio das populações indígenas. Por meio da nossa visão ocidentalizada, não conseguimos identificar se Potiguara refere-se a uma mulher ou a uma árvore. É como se o corpo dela fosse uma extensão de elementos da natureza, aquela imaginada pelos não indígenas como sendo floresta, rio, etc. (e vice-versa). Narrativa que contrasta em muito com o imaginário social e intelectual hegemônico.

Parem de podar as minhas folhas e tirar a minha enxada. Basta de afogar as minhas crenças e torar minha raiz. Cessem de arrancar os meus pulmões e sufocar minha razão. Chega de matar minhas cantigas e calar a minha voz. Não se seca a raiz de quem tem sementes. Espalhadas pela terra [sic] pra brotar. Não se apaga dos avós – Rica Memória. Veia ancestral: rituais [sic] pra se lembrar. Não aparam largas asas. Que o céu é liberdade. E a fé é encontrá-la. (Potiguara, 1987, s.p.)².

Em outro texto, Célia Xakriabá compara a perda de um rio para a mulher indígena como “a retirada violenta de um filho recém-nascido do núcleo familiar, arrancado dos braços da mãe quando ainda depende da alimentação do leite materno” (XAKRIABÁ, 2019, p. 26). É algo muito forte, transcende a imaginação, “é uma relação ancestral do território como corpo e espírito” (XAKRIABÁ, 2019, p. 26).

Neste artigo, argumentamos, com base na investigação que realizamos, que essa indissociação, oriunda de cosmovisões indígenas, entre território, corpo e espírito é essencial para a compreensão das opressões vivenciadas pelas mulheres indígenas e também sobre o modo como elaboram e desenvolvem seus processos de resistência. Como objetivos de pesquisa, buscamos identificar e compreender os sentidos produzidos por mulheres indígenas em relação aos seus processos de resistência, frente à crise humanitária, agravada com as crises política e sanitária, instauradas entre os anos de 2019 a 2022, com a ascensão do governo de

¹ Este artigo é fruto da pesquisa da tese “Ativismo de Mulheres Indígenas em Ambientes Digitais: Diálogos Sobre (De)colonialidades e Resistências Comunicativas” (2022), vencedora dos prêmios Intercom de Teses e Capes de Teses na área da Comunicação e Informação, em 2023. Além disso, os resultados estão vinculados ao projeto de pesquisa Ecoaras - Comunicação, Democracia e Modos de (R)Existência de Mulheres na Amazônia, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

² Oração pela Libertação dos Povos Indígenas.

ultradireita do então presidente Jair Bolsonaro (PL) e da pandemia da Covid-19, causada pela disseminação do coronavírus SARS-CoV-2 e variantes.

O ambiente interacional de análise é o Acampamento Terra Livre (ATL), maior mobilização indígena do Brasil que, em função do isolamento social global imposto em virtude da pandemia, ocorreu em um formato inteiramente digital, em 2020, por meio de *lives* transmitidas pelo canal *Youtube*. “A edição é considerada histórica, porque foi a primeira vez que povos dos mais diversos territórios se encontraram no ambiente *online* para construir o que acontece há 15 anos presencialmente em Brasília – DF” (Cimi, 2020). O ATL tem sido uma manifestação fundamental do Movimento Indígena Brasileiro contemporâneo, por meio do qual, centenas de milhares de indígenas, de diversas etnias e representantes de todos os biomas brasileiros, marcham até Brasília (DF), anualmente, em uma mobilização nacional que congrega demandas e reivindicações de luta.

A importância da luta das mulheres indígenas foi tema que atravessou as discussões, no ATL 2020, ressaltando o apagamento histórico ao qual elas foram/são condicionadas, a violência (dentro e fora dos territórios indígenas) e o racismo de Estado, considerado “o maior violador de direitos dos povos indígenas, mais especial das mulheres indígenas” (Tsitsina Xavante, ATL, 2020). Destacaram também as conquistas das mulheres, a apropriação das tecnologias, assim como o avanço da participação delas nos espaços de direitos, e o aumento da presença em ambientes digitais.

Como premissa analítica, recorreremos ao conceito de Comunicação, em sua visada praxiológica (França, 2001; 2012; 2016), que compreende o fenômeno comunicacional a partir da interação entre interlocutores, práticas discursivas e contexto sociocultural. De modo específico, trabalhamos processos comunicacionais e produção de sentidos que se estabelecem desde vozes subalternizadas pelo histórico de opressão colonial (Torricco, 2020).

Com uma proposta teórico-metodológica de inversão do olhar (Castro, 2019), procuramos fazer frente ao pensamento ocidental eurocentrado e nos ancoramos na Epistemologia Feminista Decolonial (Lugones, 2020; Curiel, 2020; Kilomba, 2019; Oyewùmí, 2004) e na perspectiva interseccional (Collins; Bilge, 2021; Carrera, 2021), por meio das quais, analisamos cinco *lives* realizadas pelo ATL 2020, além de rodadas de diálogo com quatro mulheres indígenas que participaram do Acampamento.

A metodologia propõe um *desengajamento epistemológico* (CURIEL, 2020) e o reconhecimento de *outros* saberes subalternizados, portanto, partimos das falas, das cosmovisões e dos processos observados que emergiram da atuação e dos discursos delas no corpus analisado. Nesse sentido, consideramos fundamental destacar que buscamos dialogar com as Interlocutoras³, com as pesquisadoras que referenciamos e cruzamos, e às vezes confrontamos, com nossas vivências e experiências, em um caminho de escuta e respeito.

Refletimos as vozes de diversas mulheres que nos atravessam, além das nossas próprias vozes. Por isso, este não é um trabalho que busca representar e/ou falar em nome de mulheres indígenas. Como afirma Patrícia Hill Collins (2022), na perspectiva da interseccionalidade, é necessário estarmos atentas ao modo como “sabemos o que sabemos” (Collins, 2022, p. 392) e às metodologias que escolhemos para analisar os fenômenos. Esta é, nesse sentido, uma pesquisa imbricada, relacional e interseccional que busca refletir o diálogo entre diversas sujeitas que ocupam diferentes posições e papéis sociais, com identidades plurais, mas que se cruzam neste espaço de compartilhamento de sentidos. Um espaço situado geográfica e politicamente, com todas as sujeitas inseridas em contextos marginalizados, seja social, física e/ou intelectualmente.

Somos pesquisadoras e interlocutoras situadas no continente latino-americano, brasileiro, território atravessado por um histórico de colonização, reiteradas colonialidades e desigualdades sociais, bem como por resistências e lutas de movimentos sociais, que afetam suas constituições como sujeitas, porém, com diferentes concepções de mundo, culturas, vivências e experiências que, neste momento, cruzam-se em suas lutas contra opressões sistêmicas que atingem a todas e cada uma de forma singular.

Consideramos que este trabalho tem potencial para contribuição com os estudos sobre interseccionalidade e comunicação. Em primeiro lugar, porque origina de um posicionamento político de ampliar o conhecimento sobre os processos de resistência de mulheres indígenas, com base em epistemologias não-hegemônicas que complexificam o olhar sobre a atuação dessas mulheres, considerando suas vozes e experiências, assumindo uma postura de descolonização do conhecimento. Em segundo lugar, porque estuda, de modo específico, como os sentidos sobre

³ Adotaremos o I maiúsculo quando fizermos menção às Interlocutoras da pesquisa, por compreendermos que estamos substituindo essa palavra pelos nomes delas. É um gesto simbólico e político, pois a sociedade moderna convencionou denominar coisas com nomes minúsculos e pessoas com nome em maiúsculo, então, é mais uma forma de não recair em estereotipações.

opressões e resistências são mobilizados nos diálogos com e entre mulheres indígenas que participaram do ATL que ocorreu de forma inteiramente virtual e num momento de fortes crises social, política e de saúde pública. E, em terceiro, a concepção da inter-relação entre Território-Corpo-Espírito contribui para as reflexões teóricas, metodológicas e empíricas sobre a complexidade da interseccionalidade.

Nas próximas seções, discutimos as perspectivas teórico-metodológicas que embasam nossa pesquisa, assim como detalhamos os procedimentos metodológicos. Na sequência, apresentamos a relação sagrada entre Território-Corpo-Espírito e as opressões vocalizadas pelas mulheres indígenas para analisarmos suas perspectivas sobre resistência.

1 Epistemologia Feminista Decolonial, Interseccionalidade e Resistências

Edna Castro (2019) propõe um olhar crítico acerca do conhecimento produzido pela ciência ocidental, construído a partir de um viés hegemônico que invisibiliza saberes outros, produzidos a partir da experiência, do lugar, das subjetividades, de pessoas, grupos e espaços não-hegemônicos. Para a autora, é preciso descentralizar o olhar e perceber que existem outros paradigmas que podem ser essenciais para “compreender os fenômenos sociais. “Exercitar o pensamento, descolonizar o conhecimento recebido, ouvir, escutar, e refletir com o outro, é uma das propostas metodológicas do que chamo de inversão do olhar” (Castro, 2019, p. 27).

Precisamos reconhecer que existem outras visões, culturas e saberes, que vão além do que aprendemos nas escolas e universidades, como conhecimento válido. Xakriabá (2018) reforça que “reconhecer a participação indígena no fazer epistemológico é contribuir para o processo de descolonização de mentes e corpos” (Xakriabá, 2018, p. 19). Mas, para isso, é necessário questionar e superar estereótipos de que a/o indígena é irracional, não possui culturas, nem capacidade de produzir saberes.

Por isso, baseamo-nos na Epistemologia Feminista Decolonial, fundada sob bases teóricas não-hegemônicas, com teorias e metodologias propostas por vozes localizadas geográfica e politicamente no Sul-Global, por compreender que este movimento teórico-metodológico é essencial para alcançar os objetivos propostos, entre eles, inverter o olhar (Castro, 2019) e nos desengajar epistemologicamente (Curiel, 2020).

A Epistemologia Feminista Decolonial contribui para entendermos o sistema de dominação que exerce opressão histórica sobre as mulheres racializadas não brancas, como as mulheres indígenas e que permanece reiteradamente atravessando seus corpos-territórios. Por meio da lente dessa teoria não-hegemônica, busca-se, a partir da mediação entre pesquisadoras e interlocutoras, recontar a história a partir do olhar das/os/es subalternizadas/os/es, o que permite ver também que essas mulheres não sofrem opressão passivamente e que a resistência é, na mesma medida, histórica.

O “desengajamento epistemológico”, segundo Curiel (2020), significa abandonar as colonialidades do poder, saber e ser das pesquisas, por meio do reconhecimento de “outros” saberes subalternizados, considerando os pontos de vista que emergem das experiências vividas. Não buscamos, assim, “fatiar” as Interlocutoras como objetos, que coletamos, classificamos e representamos, tampouco importamos categorias que serão “encaixadas” na análise do *corpus*. Esta é uma pesquisa centrada em sujeitas (KILOMBA, 2019, p. 81).

À luz dessa epistemologia, também buscamos o compromisso ético-político de não recair em categorizações únicas e na universalização dos conceitos de mulher e gênero. Nesse aspecto, trabalhamos com a perspectiva da interseccionalidade, que vem sendo amplamente utilizada como uma categoria essencial tanto conceitual, como metodologicamente.

A interseccionalidade, apesar de ser um conceito que vem ganhando destaque nas primeiras décadas do século XXI, amplamente utilizado nos discursos dos movimentos globais por justiça social e cada vez mais incorporado às análises críticas acadêmicas, não é um fenômeno novo e pode assumir várias formas (COLLINS; BILGE, 2021). Desenvolver uma pesquisa com uma perspectiva interseccional não é uma tarefa fácil, pois a interseccionalidade adiciona camadas de complexidade às análises e intervenções sociais. Apesar da complexidade, “o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica pode promover entendimentos mais sólidos da desigualdade social” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 248), bem como contribuir para a compreensão das resistências contra as desigualdades, como é o objetivo deste trabalho.

Dessa forma, a interseccionalidade nos ajuda a compreender os grupos marginalizados não apenas como uma massa homogênea e “fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo” (Collins; Bilge, 2021, p. 33). Compreendemos, portanto, que pessoas negras,

mulheres racializadas não brancas, minorias étnicas, juventudes periféricas, LGBTQIAP+, povos indígenas, apesar de serem grupos sociais vulnerabilizados, não são afetados da mesma maneira e nem por um único fator de opressão, como classe, gênero ou raça, por exemplo. Em outras palavras, dependendo das intersecções de opressão, como esses fatores se interligam, o sistema de desigualdade social vai afetar cada um/uma de maneira distinta, individual e coletivamente.

Os processos de resistência são na mesma medida diferentes. Partimos do conceito de resistência de Lugones (2014) e buscamos ao longo da pesquisa ampliar essa noção a partir do que emergiu do *corpus* e da literatura referenciada. Segundo a pesquisadora:

a resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão $\leftarrow \rightarrow$ resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno (Lugones, 2014, p. 940).

Em outras palavras, a resistência nasce, portanto, da consciência subjetiva de que a subalternizada possui agência, possibilidades outras de ser/estar e de se relacionar com o mundo. Quando um grupo de mulheres resiste, então, compreendemos que há uma consciência coletiva subjetiva, que sustenta o enfrentamento contra a “legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade” que são “negadas à subjetividade oposicionista” (Lugones, 2014, p. 940). O processo de resistência para Lugones (2014) pressupõe tensionamento, uma subjetividade ativa que nega a imposição de uma forma de ser, ver e ser visto/a e estar no mundo definida externamente.

2 Dimensões metodológicas

Como indicamos na seção anterior, entre as definições possibilitadas a partir do aporte teórico-metodológico, está a não utilização de categorias *prontas* que fossem *importadas* como lente de análise para compreender o fenômeno, assim como, a não utilização de monocategorias (Lugones, 2014). Sob a luz da perspectiva interseccional, em consonância com o pensamento de Carrera (2020), criticamos os *modos* de categorizar e não as categorias em si. Por isso, não dividimos as categorias por opressão, por exemplo, de gênero, raça, classe, pois compreendemos que essas opressões atravessam estruturalmente os corpos-territórios de mulheres indígenas, em uma visão macro. Por sua vez, em cada experiência individual, há formas de opressão que

afetam mais fortemente, a depender do contexto, portanto, a dinâmica é situacional. Por isso, consideramos as singularidades e também as recorrências que emergiram das falas delas no ATL e das entrevistas para definir o modo de organização e análise dos achados.

O ATL foi definido como ambiente de análise por se configurar como uma importante agenda do Movimento Indígena. Nesse, diversos povos e etnias normalmente discutem em âmbito nacional os problemas comuns a serem combatidos, as pautas prioritárias para aquele determinado ano e deliberam acerca das ações que serão tomadas, campanhas, parcerias, estratégias de luta e reivindicação. Em 2020, o tema foi: *ATL em redes: a cada novo ataque uma nova estratégia de luta*, referindo-se ao ataque do coronavírus mais diretamente (não exclusivamente) que impulsionou a formulação de uma nova estratégia de luta via ambiente virtual, temática central que permeou o evento.

No total, foram 30 (trinta) vídeos-live publicados no *Youtube*. Após observação flutuante, definimos um recorte baseado nos critérios de representatividade feminina indígena e temática abordada. Com isso, foram selecionados cinco vídeos: 1) Abertura ATL em redes: a cada novo ataque uma nova estratégia de luta⁴; 2) Falas da Coordenação da APIB sobre o ATL 2020⁵; 3) Lideranças indígenas regionais de base apresentam⁶; 4) Juventude Indígena comunicação e ação: um pé na aldeia e outro no mundo⁷; e 5) Mulheres Indígenas: o sagrado da existência e o nosso espaço de direitos⁸.

Foram transcritos e compõem a primeira parte empíria do trabalho. Sendo a segunda parte composta por entrevistas com quatro mulheres indígenas que foram divididas em duas rodadas de diálogo⁹. A primeira tendo como objetivo apresentar a pesquisa, conhecer as histórias de vida das Interlocutoras, bem como suas trajetórias à frente do Movimento e a participação no ATL 2020. Enquanto a segunda rodada de diálogo, ocorrera posteriormente com a estrutura narrativa mais avançada, para que pudesse ser apresentar as definições teóricas e metodológicas que a pesquisa foi desenhando, além de saber o que achavam, se de fato estava contemplando o que foi conversado e também para compreender melhor alguns conceitos que

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/live/he1Y0GklF8I?feature=share>.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/live/WUEv6-JnKec?feature=share>

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/live/taWnDBUdew?feature=share>

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/live/V9M5-3NAnLQ?feature=share>

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/live/knFqQJRCHZQ?feature=share>

⁹ Importa destacar, com exceção da Interlocutora 1, com quem só conseguimos fazer a primeira, em razão da agenda dela.

foram emergindo durante as entrevistas e que precisavam ser esclarecidos com base na visão das entrevistadas.

As Interlocutoras, assim denominaremos, da pesquisa são mulheres indígenas de etnias diferentes, de localizações geográficas distintas e, conseqüentemente, apresentam demandas plurais, diversidade cultural e étnica e se reconhecem de maneiras variadas dentro desse sistema estrutural de opressão a que somos submetidas no contexto geopolítico brasileiro.

As entrevistadas, três interlocutoras não foram identificadas neste trabalho, o que é compreensível, pelo fato também, apesar de serem lideranças indígenas, de serem mulheres que estão na linha de frente do Movimento, na luta diária, expostas a vulnerabilidades. Referimo-nos a elas como Interlocutora 1, Interlocutora 2 e Interlocutora 3. Uma delas, a liderança indígena Puyr Tembé, do povo Tembé, do Pará, concordou em ser identificada¹⁰.

Por meio da análise das falas no ATL e nas rodadas de diálogo, fomos atravessadas por diversas desconstruções pessoais, ideias que foram sendo ampliadas e, por vezes, tensionadas. Esse processo foi determinante para construção e revisão do nosso modo de olhar e também no de escrever. Por compreender que a opressão também se dá na ordem do discurso, evitamos a utilização de termos correntes, mas que carregam sentidos pejorativos e racistas quando associados aos povos indígenas, como *garimpar*, *minerar* e *objeto*. Outro exemplo é a não utilização do masculino universal, em acordo com a nova gramática de termos utilizados pelos movimentos sociais progressistas contemporâneos.

Do processo de contínua reflexão, de aprofundamento teórico e, essencialmente, de diálogo com as falas das interlocutoras, emergiu a formulação que consideramos decisiva para este trabalho: a relação sagrada entre Território-Corpo-Espírito. Essa foi uma evidência muito forte da descolonização de corpos e mentes, proposta pelas mulheres indígenas e pelo movimento como um todo, o que nos fez refletir sobre a definição de dimensões analíticas em vez de categorias. Definimos essas três dimensões, Território-Corpo-Espírito, emanadas da cosmovisão indígena, e que serão apresentadas como imbricadas e interseccionadas, com opressões e resistências relacionadas.

¹⁰ Como Puyr Tembé é referenciada por sua participação no ATL e nas entrevistas, para distinguir esses dois momentos, referimo-nos a Tembé (ATL, 2020), no primeiro caso, e Tembé (2021), no segundo.

3. A relação sagrada entre Território-Corpo-Espírito

Enquanto mulheres, lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida, iremos nos posicionar e lutar contra as questões e as violações que afrontam nossos corpos, nossos espíritos, nossos territórios [...]. *Nós estamos fncadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito* (Documento final, 2019, grifo nosso).

Esse trecho, retirado do Documento Final da I Marcha das Mulheres Indígenas, realizada em Brasília, em 2019, com mais de 130 povos indígenas, evidencia a singular relação das mulheres indígenas com o território. Desde os tempos imemoriais, segundo Potiguara (2019), o território compõe um pilar de sustentação dos povos indígenas. Quando pessoas não indígenas pensam em território, imaginam uma vastidão de terras, árvores e rios, é o que fomos condicionadas/os a chamar de natureza. Potiguara (2019) esclarece que quando uma/um indígena fala em território, está expandindo o termo para além do que se compreende como tal, mais do que terras ou espaço físico, território traz a marca de séculos de culturas e tradições, “território é quase sinônimo de ética e dignidade. Território é vida, é biodiversidade, é um conjunto de elementos que compõem e legitimam a resistência indígena. Território é cosmologia que passa inclusive pela ancestralidade” (Potiguara, 2019, p. 119).

Krenak (2019) nos diz que não imagina nada no mundo que não seja natureza, podemos até tentar nos separar dela nas nossas cabeças, mas como organismo, não. Para o autor, a Terra não é um sítio, é um lugar sagrado do qual todas/todas/todes compartilhamos. Quando despersonalizamos rios, florestas e montanhas, ele diz, retiramos os sentidos humanos e conseqüentemente a culpa, liberando para que sejam explorados.

Essa mesma relação se estabelece com os corpos racializados, são desumanizados, perdem características que geram sentimentos como pena, remorso e culpa. Por isso, por transformá-los em objetos, mais próximos do conceito colonial de selvagem, natureza, animal, sem alma, justificam toda a amargura de violências (Haesbaert, 2020). Nesse contexto, a herança racista e patriarcal coloca os corpos de mulheres, especialmente as racializadas não brancas, como objetificados (Kilomba, 2019; Deus, 2020).

Com base nessa perspectiva, observamos nos discursos do ATL, nos diálogos e empiricamente que as mulheres indígenas se referem a *corpos-território*, assim dessa forma, não separam um do outro, para demonstrar a intrínseca relação que possuem. Por isso, não tratam apenas a questão de gênero, como algo deslocado de outras formas de opressão. As opressões de gênero se interseccionam com as opressões de raça, classe, territorialidade e outras. Portanto, suas opressões são interseccionais e, ao mesmo tempo, suas resistências também demonstram ser, pois elas não lutam somente contra uma opressão, lutam pela unidade Território-Corpo-Espírito, como afirmou Tsitsina Xavante, no ATL 2020: *Território: nosso corpo, nosso espírito*.

Em diálogo com a Interlocutora 3 sobre essa relação, ela reforçou que a luta é realmente pela garantia do território para além da resistência pela integridade do corpo, pois quando o território é invadido e vai sendo desmatado, quando afeta a *Mãe Terra*, a floresta, afeta a todos e todas em suas diversas formas de existência (Interlocutora 3, 2022). Haesbaert (2020) explica que essa ênfase que povos originários, especialmente mulheres indígenas, dão ao corpo-terra-território é uma concepção decolonial que complexifica as noções de corpo e território. Segundo o autor, a dimensão espiritual está intrínseca ao romper com as dicotomias natureza e sociedade, corpo e espírito, materialidade e espiritualidade, “pois a concepção de corpo/corporeidade embutida nesses ‘territórios-corpo’ é profundamente moldada, também, por um conteúdo simbólico ou, se preferirmos, espiritual” (Haesbaert, 2020, p. 86, grifo no original).

Quando os povos indígenas falam sobre o espírito das coisas, o espírito da floresta, do rio, da natureza é porque acreditam que em tudo há alma, há vida, portanto, há espírito (Potiguara, 2020; Krenak, 2019). O espírito “é o que a gente chama de aquilo que vale muito mais do que qualquer outra coisa, é aquilo que você carrega dentro da sua cabeça lá no fundo, não sei [sic] aonde e que ela não pode ser roubada de você e que você pode passar” (Interlocutora 2, 2022). Essa interlocutora reforça a relação interseccional e imbricada entre essa tríade: “Sem o território, não existe a gente, não existe meu corpo, e, sem o meu corpo, não existe espírito também, porque tudo envolve essas três coisas” (Interlocutora 2, 2022).

A seguir, vamos apresentar brevemente as opressões para focalizar, em seguida, as resistências ligadas às dimensões Território-Corpo-Espírito, a partir das vocalizações expressas nos diálogos com e entre as mulheres indígenas que participaram do ATL. Ressaltamos que nosso intuito não é o de apresentar todas as formas de opressão que recaem sobre os corpos-

territórios de mulheres indígenas, nem mesmo todos os processos de resistência, mas, amplificar os sentidos construídos e mencionados por elas nesses espaços de visibilidade.

4 Opressões ligadas às dimensões Território-Corpo-Espírito

Não é nenhuma novidade quando a gente fala que a luta indígena é desde 1500 e que também a maioria dos nossos povos foram dizimados, né? Por essas pandemias, por essas gripes e várias outras doenças, além também de toda a colonização que veio com toda essa violência, tomando nossas terras, tirando os nossos direitos, matando nossas lideranças (Kerexu Yxapyry, ATL, 2020).

A líder indígena Kerexu Yxapyry fala sobre o processo de colonização dos povos indígenas do Brasil, que inicia em 1500 e permanece reiterado por colonialidades contemporâneas, deixando o que Potiguara (2018) denomina de um legado histórico de opressões: fome, enfermidades, migração e empobrecimento compulsório das populações indígenas que conduziu homens e mulheres ao trabalho semiescravo, causado pela atuação de madeireiros, garimpeiros, latifundiários, mineradoras, empresários, etc. Associado a isso, a negligência e na esmagadora maioria das vezes conivência do poder governamental, causou graves impactos ambientais, genocídio e etnocídio. Para Potiguara (2020), a violência e o racismo ambiental atingem mais fortemente as mulheres e as crianças que sofrem abusos, assédio, violência sexual, tornam -se objeto de tráfico e exploração sexual.

Apesar das conquistas de direitos que os povos indígenas alcançaram, sobretudo no século XX, a relação de tensão entre indígenas e o governo federal foi se agravando nas últimas décadas, com a ascensão e queda de governos militares e as políticas desenvolvimentistas implementadas que impactaram diretamente na qualidade de vida de centenas de povos indígenas (Milhomens, 2022). O presidente eleito Jair Bolsonaro à presidência do país (2019-2022), ex-militar, político de ultradireita, acompanhado de forças ultraconservadoras e autoritárias, explicitamente contrário aos direitos do povos indígenas, com falas abertamente racistas e disposto a travar uma guerra ideológica contra os povos indígenas, a crise se intensificou, por meio de políticas anti-indígenas, desmonte de órgãos de proteção aos direitos dos indígenas e práticas genocidas, etnocidas e antiambientais.

Apesar do foco deste trabalho serem as resistências, consideramos importante apresentar, em linhas gerais, as opressões mencionadas pelas mulheres indígenas no ATL 2022 e nas rodadas de diálogo por entender que quem resiste, resiste a algo. Abaixo, apresentamos no Quadro 1 a identificação das opressões vocalizadas por elas, relacionadas ao Território-Corpo-Espírito:

Quadro 1 – Opressões vocalizadas por mulheres indígenas no ATL e nas entrevistas

Terra/Território	Corpo	Espírito
Crítica ao Paradigma do desenvolvimento – binômio ser humano x natureza	Machismo	Religião/Igreja
Narrativa do descobrimento X Invasão de territórios	Violência Interseccional – racismo, assassinato, estupro, ameaças	Apagamento/Invisibilização
Garimpo	Racismo Institucional	Estereótipos indígenas
Não demarcação de terras indígenas	Desmonte da Funai	
Grandes projetos	Covid – 19 e outras	
Mudanças climáticas, desmatamento e queimadas	doenças como armas	

Fonte: Elabora pela autora.

As opressões ligadas ao Território, como garimpo, desmatamento, implantação de grandes projetos e suas consequências referem-se ao imaginário colonial, potencializado pelo modelo capitalista, neoliberal e neoextrativista, que compreende a terra como fonte de riquezas e desenvolvimento, para acumulação, exploração e exportação, reproduzindo o que Svampa denomina de “uma visão efficientista de território” que beneficia governos e empresas (Svampa, 2020, p. 14). Ao mesmo tempo, considera um descolamento da relação entre seres humanos e natureza, dicotomia própria da modernidade.

As opressões ligadas ao corpo, como machismo, racismo e violências interseccionais referem-se sobretudo ao imaginário colonial, racista e patriarcal que compreende os povos indígenas como o outro, a sub-humanidade (Krenak, 2019), corpos sem alma, atrasados no tempo, incivilizados, animalizados. Nesse escopo, as mulheres indígenas como o outro do outro (Kilomba, 2019) são corpos condicionados à objetificação.

As opressões ligadas ao espírito, como estereotipação, invisibilização e atuação colonial da Igreja estão na ordem do imaterial, do não palpável, do que fora acumulado histórica e ancestralmente, mas, que foi invisibilizado e essencializado pelo sistema colonial, por meio do processo violento de apagamento da cultura indígena, com a imposição da igreja de que abandonassem os costumes, as línguas e os nomes, considerado por Grosfoguel (2016) processo fundante do epistemicídio e genocídio dos povos originários.

5. Resistências ligadas às dimensões Território-Corpo-Espírito

“Isso é resistência indígena, a nossa luta. Isso, somos nós, povos indígenas, mostrando que tudo o que acumulamos durante esses cinco séculos, mesmo com tanta violência, mesmo com o extermínio, o que nós acumulamos foi a *expertise* de fazer resistência” (Sonia Guajajara, ATL, 2020). Essa fala potente de Guajajara abre esta seção, na qual vamos abordar a trajetória de resistências que vem sendo construída pelas mulheres indígenas, especialmente nos últimos 30 (trinta) anos, período que é constantemente revelado por elas como de fortalecimento da atuação, da conquista de espaços e de direitos.

“Nos últimos anos, as mulheres indígenas têm ocupado muito mais espaços”, afirmou Jaqueline Guarani, da etnia Guarani Kaiowá, no ATL 2020. Destaca o caminho de fortalecimento da atuação das mulheres indígenas dentro e fora dos territórios, uma luta que vem sendo travada há mais de 500 (quinhentos) anos, desde a invasão colonial, no entanto, nos últimos 30 (trinta) anos, são observadas mudanças significativas na conquista de espaços e direitos. Para compreender mais profundamente as formas de resistências das mulheres indígenas, apresentamos, no Quadro 2, as estratégias apontadas por entrevistadas.

Quadro 2 – Formas de resistências que emergiram acerca de cada dimensão

Terra/Território	Corpo	Espírito
Proteção da natureza: direito da terra	A luta contra o machismo	Espiritualidade e pajelança
Enfrentamento e luta por justiça ambiental	A conquista de espaços	Ancestralidade e memória
Demarcação de terras com direito fundamental constitucional	União e formação de coletivos	Repasse de cultura por gerações
Espaços de direito	Juventude como ponte	Valorização da diversidade cultural
	Grandes mobilizações	
	Corpo político	

Fonte: Elabora pela autora.

Com relação ao que foi vocalizado por mulheres indígenas no ATL 2020 e nos diálogos, sobre as resistências ligadas ao território, elencamos quatro temáticas principais: *Proteção da natureza: Direitos da Terra; Enfrentamento e Luta por Justiça Ambiental; Demarcação de terras como direito fundamental constitucional; e Espaços de direito*. A seguir, vamos apresentar alguns sentidos expressos por elas:

As pessoas nunca entendem o porquê que nós falamos muito das mudanças climáticas, né? As pessoas acham que tudo isso é uma coisa de ONG's que estão falando isso para os povos indígenas, ONG's que fazem a cabeça dos povos indígenas. Como se nós fossemos crianças, como se a gente não entendesse, como se a gente não falasse a língua dele (Watatakalu Yawalapiti , ATL, 2020, grifo nosso).

A afirmação de Watatakalu (2020) reflete que não é comum o imaginário coletivo fazer correlação entre território e pessoas quando se pensa sobre a luta por Justiça Ambiental¹¹, assim como, de modo geral, não se associa diretamente a luta por Justiça Ambiental aos povos indígenas.

¹¹ A definição ou conceituação de Justiça Ambiental refere-se ao “direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o ‘meio ambiente’ é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas (Acsehrad; Melo; Bezerra, 2009, p. 16).

Isso porque fomos constituídos enquanto sociedade para compreendê-los como elementos dissociados, de um lado meio ambiente e de outro a sociedade; de um lado povos indígenas e de outro movimentos de resistência pelo meio ambiente. Ao ouvir sobre justiça territorial, climática ou ambiental, automaticamente recorreremos a imagens de devastação, queimadas, enchentes, poluição, crises relacionadas ao que convencionamos associar à injustiça ambiental com a *natureza*. No entanto, a cosmovisão das mulheres e povos indígenas nos mostra outra relação que se estabelece com o território e os processos de resistências.

Ao analisar esse fenômeno à luz da sensibilidade interseccional, compreendemos que as resistências pelos territórios, sobretudo os localizados no Sul Global, são atravessadas pela luta contra diversas opressões: de gênero, raça, classe, territorialidade e interseccionalidades, na medida em que são territórios explorados, devastados e saqueados, fruto do racismo ambiental a que estão condicionados, ocupados por corpos considerados como desprovidos de humanidade, atrasados, indesejáveis, descartáveis, ou seja, corpos que podem morrer. Nesse contexto, são as mulheres racializadas não brancas (negras, quilombolas e indígenas) as que mais sofrem com a injustiça ambiental e, ao mesmo tempo, são as grandes defensoras do território, pois preservam a biodiversidade, repassam seus conhecimentos ancestrais e restauram as florestas. Por isso, lutar pelos direitos das mulheres indígenas, também é lutar em prol dos territórios ancestrais. Não estão dissociados, pelo contrário, estão intrinsecamente interligados.

Mais recentemente, são as mulheres indígenas que juntamente com as juventudes estão ocupando a linha de frente dos movimentos socioambientais, interseccionando território, gênero, raça, classe e diversos outros atravessamentos, nos espaços de luta e resistência.

sou essa mulher que defende o território e que entende que povos indígenas que não têm território, acaba não sendo bom [*sic*] pros indígenas, né? Só faz sentido [*sic*]pra nós a terra, porque a terra é vida, terra é a mãe, é ela quem cuida das nossas gerações, então eu faço a linha de defesa de garantir o papel das mulheres indígenas (TEMBÉ, 2021, s.p.).

Puyr complementa ao afirmar que: “não se faz a defesa do território, se não se preocupar com a nossa cultura, sem carregar nas suas costas, nos seu corpo, no seu espírito, a nossa ancestralidade” (Tembé, 2021, s.p.). Intersecciona a luta pelo território com a sobrevivência do corpo e manutenção da cultura. “Tudo isso é um conjunto de defesa e de sobrevivência, de garantia da nossa identidade, é de garantir as nossas futuras gerações, é de garantir esse termo

chamado povo indígena, essa nação indígena, então é um conjunto de tudo isso aí” (Tembé, 2021, s.p.).

Compreendendo que seus corpos-territórios são parte intrínseca da natureza, a proteção da terra é uma estratégia de sobrevivência, portanto, essa forma de resistência emerge nas falas delas espontaneamente como parte inextricável da relação com os territórios. Quando afirmam que não há defesa do território, sem a defesa da cultura, do corpo, do espírito, compreendemos que interseccionam a luta pelo território com a sobrevivência do corpo e manutenção da cultura.

Por sua vez, as resistências relacionadas à dimensão do corpo, foram organizadas em: Resistência no interior dos territórios - a luta contra o machismo; Resistência fora dos territórios - a conquista de espaços; União e Formação de Coletivos; Juventude como ponte; Grandes mobilizações; e Corpo político.

Sobre as resistências que emergiram a respeito do Corpo, dividimos a luta contra o machismo de outras lutas e resistências fora dos territórios, por compreendermos, por meio do viés interseccional, que a opressão machista que recai sobre as mulheres indígenas é estabelecida entre homens e mulheres indígenas, portanto, são relações intrarraciais atravessadas por opressão de gênero. Enquanto as relações de opressão que sofrem as mulheres indígenas com a sociedade não indígena são interseccionais, pois são atravessadas por diversas avenidas de opressão de gênero, raça, classe, territorialidade, geolocalização, entre outras.

Eles sofreram com a minha rebeldia. Eu não quis o casamento arranjado. Sei que eu fiz muita gente chorar, por causa disso, né? Mas, acho que *se eu tivesse deixado tudo acontecer, não teríamos várias mulheres hoje resistindo*. Eu não me arrependo, sei que eu fiz minha mãe chorar, eu sei que eu fiz minha família ficar triste na época, mas, graças a isso, minha filha vai poder estudar, casar quando ela quiser, trabalhar com o que ela quiser, comer o que ela quiser, ver o que ela quiser, porque eu era fora do padrão (Interlocutora 2, 2021, s.p., *grifo nosso*).

A resistência contra o machismo pode ser identificada quando as mulheres enfrentam o estabelecido, imposto historicamente. Ressaltando que não podemos afirmar que o machismo é uma forma de orientação social em todos os territórios indígenas brasileiros, porém estamos nos baseando no que as Interlocutoras, cada uma à sua maneira, relataram nos diálogos sobre vivenciarem situações de opressão patriarcal. Essa fala que trouxemos da história de vida de

uma de nossas Interlocutoras ilustra sem generalizar e demonstra uma trajetória de resistências ao modelo imposto, por meio da solidariedade, da conquista de espaços, do processo de enfrentamento e da consciência acerca do importante papel da mulher nos espaços de vocalização e decisão.

A conquista de espaços é mais uma forma de resistência das mulheres indígenas. Podemos observar e corroborar que essas mulheres estão atuando na linha de frente do Movimento Indígena Brasileiro, exercendo papel crucial de enfrentamento e mobilização, ocupando diversos espaços dentro e fora de seus territórios e fortalecendo a luta indígena. Entre as estratégias de fortalecimento exercidas por elas fora dos territórios, estão: fazer a *faculdade do branco*, em busca de profissões que posteriormente serão exercidas em favor das demandas dos povos indígenas; entrar para os Programas de Pós-Graduação das Universidades, trazendo a perspectiva decolonial da experiência concreta ao saber considerado científico; adentrar o universo literário, com seus escritos, narrando suas histórias e visibilizando o ativismo indígena; e no âmbito político institucional, representando seus povos nas instâncias formais de poder.

A união organizada e a formação de coletivos, articulações e associações de mulheres, compreendemos que é uma das marcas mais fortes do amadurecimento do movimento de mulheres indígenas. “Ou a gente se junta agora, a gente se une ou eles nos matarão, matarão com uma pandemia, matarão com a negação de direitos, matarão violando os nossos direitos dos povos indígenas” (Tembé, ATL, 2020). Mesmo representando ainda 8,9% das organizações indígenas do país (ISA, 2020), o crescimento do número de coletivos liderados ou constituídos por mulheres em trinta anos, reforça o protagonismo delas.

No escopo da atuação dos ativismos indígenas, observamos empiricamente e as falas delas confirmaram o protagonismo das juventudes indígenas, como sujeitas e sujeitos políticos importantes nos processos de resistência. “Não só a juventude como a mulher, a gente está indo atrás de nossos direitos, dos nossos espaços” (Pompeu, ATL, 2020). A fala da jovem Inai'ury Pompeu revela o crescente protagonismo das juventudes na linha de frente do Movimento Indígena. Ressaltamos o plural da palavra, em acordo com Brito (2014) e com um olhar interseccional, que compreende os diferentes papéis sociais atravessados por intersecções de gênero, raça, classe, etnia, sexualidade, territorialidade, entre outras, a que são condicionadas as

juventudes na sociedade. Em face desse entendimento, inferimos que as juventudes indígenas vivem diferentes temporalidades e experiências com o ativismo indígena.

Ainda na dimensão das resistências relacionadas aos corpos, outra categoria que emergiu foram as grandes mobilizações, como as edições anteriores do ATL e a I Marcha das Mulheres Indígenas (2019), citadas por elas. Cristine Julião Pankararu (ATL, 2020), ao lembrar da atuação das mais de 2.500 (duas mil e quinhentas) mulheres de todas as regiões do Brasil que se reuniram em Brasília (DF), na 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, revela que foi como um grito de liberdade, diante de séculos de silenciamento.

Foi como se todas aquelas vozes que estavam caladas, amordaçadas, dessem um grito de liberdade e foi essa a minha emoção, que eu não consegui me conter [...], eu só conseguia chorar, chorar, chorar, por conta dessa mordaca que a gente conseguiu romper das mulheres. É incrível como [...] foi extremamente significativo trazer o sagrado feminino nesse processo de luta e colonização e de tentativa de descolonizar (Pankararu, ATL, 2020, grifo nosso).

O corpo, em sua dimensão material e simbólica, como corpo político, também foi mobilizado como uma estratégia de resistência de várias formas. Nesse sentido, observamos as pinturas corporais, os grafismos, o urucum, o maracá e as vestimentas específicas de seus povos como elementos mediadores para compartilhar sentidos, tanto entre elas, quanto para os não indígenas. São códigos muito compartilhados pelas mulheres indígenas, em função da força cultural de seus significados, além disso, performam a aliança coletiva, andando lado a lado, de braços dados, dançando, empunhando os maracás e entoando cânticos. Ao exaltar esses elementos, demonstram que os corpos e a forma como se apresentam são políticos e podem ser apropriados como estratégias de resistência. Por meio da reivindicação da potência dessa corporalidade, comunicam as histórias ancestrais dos seus povos, revelam a diversidade cultural e especificidades de cada etnia. Com isso, ressignificam a noção do corpo como território marcado pela colonização (Haesbaert, 2020) e ampliam a visão de corpo como resistência.

As resistências ligadas ao espírito, assim como as opressões, estão na ordem do imaterial, do não palpável, do que fora acumulado histórica e ancestralmente. Estamos tratando do que a Interlocutora 2 (2021) afirma que é aquilo que vale mais do que qualquer coisa e que não pode ser roubado. “Se um povo existe hoje, resiste, é porque esses saberes foram guardados

e foram repassados”. E complementa, “mesmo que possa acabar qualquer coisa, você pode ficar sem nada, você pode perder sua pátria, mas se você tem os saberes, você vai conseguir trazer tudo aquilo que se perdeu de volta” (Interlocutora 2, 2021).

As resistências vocalizadas relacionadas à dimensão espiritual, finalizam o tripé sagrado Território-Corpo-Espírito, quais sejam: Espiritualidade e Pajelança; Ancestralidade e Memória; Repasse de cultura por gerações; e Valorização da diversidade étnico/cultural. Essa dimensão foi a mais difícil de abordar, a partir do *corpus*, já que está inserida no âmbito do não visível, subjetivo, das vivências e experiências que foram compartilhadas por elas.

“Vamos continuar com as nossas pajelanças, vamos continuar com os nossos benzimentos, com as nossas pinturas de proteção, para que essa pandemia passe logo e que a gente possa em breve nos encontrar para comemorar” (Bare, ATL, 2020, s.p.). Apesar de ser, de forma geral, um âmbito ainda dominado por homens, relegando às mulheres indígenas lugares considerados periféricos dentro do universo da espiritualidade (Silveira, 2018), observamos que a manifestação da espiritualidade emerge como uma forma de resistência entre mulheres indígenas de várias etnias, assim como, há um crescimento do papel da mulher no centro da espiritualidade indígena, como resultado da luta por espaços de direitos.

Ao falar sobre espiritualidade, nem sempre utilizam essa palavra específica, iluminando como já salientamos que a resistência é interseccional e, por vezes, ressaltam uma dimensão, mas, referem-se ao todo, não apartam uma dimensão da outra e, às vezes, apenas referem-se ao todo, citando o sagrado. Nesse sentido, a espiritualidade é inserida nesse contexto maior, relacionado ao tripé, dialogando com as outras dimensões de luta e resistência das mulheres indígenas, em íntima relação com as práticas e saberes produzidos.

Ancestralidade e Memória caminham juntas, tanto nas referências aos antepassados, seu histórico de luta que não pode ser apagado, assim como na manifestação de deixar esse legado vivo e repassar aos filhos e netos, por meio da cultura e manutenção dos valores e conhecimentos ancestrais, honrando a herança dessa memória ancestral de resistências, ou seja, mantendo a memória viva como forma de resistência. “A gente tem que relembrar um pouco dos nossos ancestrais, né, porque tudo que a gente tá conquistando hoje foi luta de outras mulheres que vieram anteriores a nós” (Putari, ATL, 2020).

Daí advém a importância da categorização do repasse de cultura por gerações que emerge nas vocalizações expressas. Evidenciaram que para manter as tradições, histórias e memórias dos povos indígenas, por séculos a principal forma de comunicação foi a oralidade por meio da interação face a face, quando os mais velhos eram considerados as principais fontes de conhecimento e sabedoria dos povos indígenas, verdadeiras bibliotecas vivas. “Tudo que a gente aprende, a gente aprende com nossos avós e nossos pais, mas não é em livro porque não tem, eles que são nossos livros, isso é resistência também” (Interlocutora 3, 2022).

Evidenciaram também, mais uma vez, a relação intrínseca entre o repasse de cultura, os territórios e as mulheres, interseccionando essa prática de resistência, ao justificar que para manter a cultura viva, é necessário lutar pelos territórios, pois para repassar os ensinamentos de geração em geração, é importante ter um território livre de ameaças, para que as crianças sejam educadas podendo tomar banho no rio sem mercúrio, caçando e aprendendo os rituais. E as mulheres, nesse contexto, possuem papel essencial no repasse de conhecimentos às crianças, em uma construção dialógica sobre os saberes indígenas.

Como consequência dessa categoria, emerge a valorização da diversidade cultural indígena. De inúmeras maneiras, não apenas na vocalização dos discursos, demonstraram a valorização da pluralidade cultural indígena como estratégia de resistência. Por exemplo, quando fazem questão de falar em sua própria língua, na utilização de pinturas corporais, artesanatos, no canto, e na declamação de poemas de exaltação. Em outros momentos, expressaram a importância de manter a cultura viva, plural e forte, pois as músicas, os rituais, as pinturas, os cantos e os territórios compõem as identidades indígenas.

Considerações Finais

A lente interseccional nos permitiu compreender como as mulheres indígenas resistem às diversas formas de opressão que recaem sobre o Território-Corpo-Espírito, de forma situacional, ora individual, ora coletivamente, dado o caráter dinâmico da manifestação das desigualdades (Collins; Bilge, 2021), gerando marcas de opressão, subjetividades e formas de resistências distintas e singulares (Carrera, 2020).

Concluimos, a partir de inferências baseadas na pesquisa realizada, que as mulheres indígenas resistem de forma inerentemente interseccional às opressões, pois partem da

indissociação entre Território-Corpo-Espírito. Além disso, quando elaboram e executam suas práticas de resistência, o fazem contra as diversas opressões, sem separar ou apartar umas das outras. Diferentemente da visão moderna ocidental, elas não diferenciam território, de seus corpos e espíritos, conseqüentemente, quando se referem em suas práticas de resistência a uma dessas dimensões e seus atravessamentos, o fato de iluminarem uma, não apaga ou invisibiliza a outra, ao contrário, pressupõem a inclusão umas das outras.

Por isso, compreendemos, de forma geral, que elas resistem interseccionando o pensamento e a práxis, ao lutar, em defesa do sagrado Território-Corpo-Espírito, contra a matriz de opressão, em um contexto agravado no período de crise política e sanitária. Essa inter-relação acrescenta mais camadas de complexidade à interseccionalidade, contribuindo com essa área de pesquisa e de atuação política, além disso, o estudo mostra as potencialidades da interseccionalidade como lente para enxergar esses fenômenos sociais.

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

DEUS, Zélia Amador de. *Caminhos trilhados na luta antirracista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BRITO, Rosaly. *Diferentes, desiguais e conectados(?)*: vivências juvenis, representações midiáticas e negociação de sentidos na cena metropolitana. 257 f. (Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. *E-Compós*, [S. l.], v. 24, 2021.

CARRERA, Fernanda; CARVALHO, Denise. Algoritmos racistas: a hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. *Galáxia* (São Paulo), p. 99-114, 2020.

CASTRO, Edna. *Pensamento crítico Latino-americano*. São Paulo: Annablume, 2019.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. *Indígenas realizam edição histórica do Acampamento Terra Livre*. Publicado em: 30 abr. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/04/indigenas-realizam-edicao-historica-do-acampamento-terra-livre/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia H. *Bem mais que ideias*: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

- CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa de (Ed.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 120-138, 2020.
- DOCUMENTO FINAL ATL. *Acampamento Terra Livre 2020*. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; Mobilização Nacional Indígena. 2019. Brasil, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/fer6cKu>. Acesso em: 13 maio 2020.
- FRANÇA, Vera. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? *C-Legenda - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual*, n. 5, 2001.
- FRANÇA, Vera. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata V. de (orgs.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 153-174, 2016.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, p.75-90, 2020.
- ISA, Instituto Socioambiental. *Mapa das Organizações de Mulheres Indígenas no Brasil*. 2020. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil>. Acesso em: 10 out. 2021.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MILHOMENS, Lucas. Organizações Indígenas e Redes Comunicacionais no Brasil: luta e resistência. In: MILHOMENS, L. *Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: reflexões necessárias*. Embu das Artes: Alexa Cultural, p.17-38, 2022.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *CODESRIA Gender Series*, Dakar, v. 1, p. 1-8, 2004.
- POTIGUARA, Eliane. *Oração pela Libertação dos Povos Indígenas*. 1987. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/POD00016.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2023.
- POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. 3. ed. Rio de Janeiro: Grumín, 2018.
- SILVEIRA, Maria L. *Mapulu, a mulher pajé: a experiência Kamaiurá e os rumos do feminismo indígena no Brasil*. 346 f. (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo 2018.
- SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina. Conflitos socioambientais, giroecoterritorial e novas dependências*. Tradução de Ligia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2020.

TORRICO, Erick. *Comunicación (re)humanizadora: ruta decolonial*. Quito, Ecuador: Ediciones Ciespal, 2022.

XAKRIABÁ, Célia. *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. 218 f., (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

Lorena Esteves - Universidade Federal do Pará - UFPA

Pós-Doutoranda em Comunicação, Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora e Mestra em Comunicação, UFPA.

E-mail: lesteves@ufpa.br.

Danila Cal - Universidade Federal do Pará - UFPA

Pós-Doutoranda em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutora em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente, Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: danilacalufpa@gmail.com.